

TSE exclui vídeo de Bolsonaro sobre urnas

ELEIÇÕES 2022

TSE tira do ar vídeo de Bolsonaro sobre urnas

Redes e EBC não poderão veicular gravação do encontro com embaixadores. Presidente divulga 'fatos inverídicos', diz ministro



Suspeitas infundadas. Em encontro com embaixadores, Bolsonaro disse ter havido fraude nas eleições de 2018

MARIANA MUNIZ, AGUIRRE
TALENTO E JESSARA SOARES
politic@oglobo.com.br
oglobo

O ministro Mauro Campbell Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou, ontem, a exclusão de vídeos da reunião em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) faz ataques ao sistema eleitoral brasileiro diante de embaixadores. Em seu despacho, o ministro afirma que Bolsonaro "insiste em divulgar fatos inverídicos" sobre as urnas eletrônicas e que a veiculação destas declarações pode configurar "meio abusivo para obtenção de voto".

Corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Campbell atendeu a um pedido feito pelo PDT do candidato à presidência Ciro Gomes, que propôs uma ação de investigação judicial eleitoral. "No caso em análise, o material veiculado em mídias sociais, em razão da proximidade do pleito, poderia, ainda, caracterizar meio abusivo para obtenção de votos, com o aumento da popularidade do representado, potencializada pelo lugar de fala por ele ocupado", escreveu.

No despacho, o ministro cita como embasamento uma decisão de 2021 do TSE que considerou o uso das redes sociais para divulgar ataques inverídicos contra o sistema de votação como abuso de poder econômico. O resultado foi a cassação do deputado estadual Fernando Franciscini (União-PR), primeiro parlamentar a perder o mandato por divulgação de fake news.

Pela decisão, YouTube, Instagram e Facebook devem tirar do ar os vídeos com a reunião de Bolsonaro, assim como os canais da rede EBC.

"Longe de adotar uma posição colaborativa com o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, o representado insiste em divulgar deliberadamente fatos inverídicos ao afirmar que há falhas no sistema de tomada e totalização de votos no Brasil", afirmou o

ministro. Para ele, o discurso do presidente "parece configurar abuso no exercício da liberdade de expressão", já que implica em ações que atingem a imagem da Justiça Eleitoral, "que tem como principais objetivos a garantia da normalidade das eleições, da legitimidade do voto e da liberdade democrática".

No encontro com embaixadores, em 18 de julho, Bolsonaro voltou a levantar a possibilidade de ter havido fraude nas eleições de 2018. Garantiu haver "mais de cem vídeos" de eleitores que tentavam apertar o seu número, 17, enquanto a urna registrava o número 13, do candidato Fernando Haddad, do PT. Nunca houve comprovação de fraudes nas eleições brasileiras desde a implantação das urnas eletrônicas, em 1996.

O presidente repete acusações infundadas sobre a integridade das urnas eletrônicas desde 2018, quando foi eleito.

Após Moraes, Aras se reúne com ministro da Defesa

> O procurador-geral da República, Augusto Aras, se reuniu ontem com o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Também participou o primeiro-vice-cordeiro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

> Tanto a Procuradoria-Geral da República quanto integrantes da Defesa disseram apenas que a reunião foi para tratar de "assuntos

institucionais", sem detalhar o teor da reunião.

> Um dia antes, Nogueira esteve com o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, e voltou a pedir que a Corte acolha sugestões das Forças Armadas para fiscalização da votação nas urnas eletrônicas.

> A Polícia Federal também iniciou na terça-feira a inspeção dos códigos-fonte das urnas.

gridade das urnas eletrônicas desde 2018, quando foi eleito. Em 2020, durante viagem a Miami, afirmou que apresentaria evidências de que teria vencido as eleições de 2018 já no primeiro turno se não tivesse havido fraude. Porém, jamais exibiu as supostas provas.

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

Também ontem, a Procuradoria-Geral da República (PGR) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que abriu uma apuração preliminar para identificar se o presidente cometeu crimes ao atacar o sistema eleitoral e levantar suspeitas falsas sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas. Na mesma manifestação, a PGR adiantou à Corte que seria "prematura" solicitar a abertura de um inquérito sobre o tema neste momento, sob o argumento de que é necessária uma verificação prévia das informações. A investigação preliminar tramita apenas no sistema interno da PGR e não permite ao STF supervisionar a apuração.

A manifestação é assinada pela vice-procuradora-geral da República Lindora Araújo. "Na atual fase embrionária de representação, a averiguação preliminar dos fatos deve ocorrer em sede de Notícia de Fato Criminal na PGR ou em PET perante o STF, evitando-se a instauração prematura de inquérito", escreveu ela, que também critica o volume de pedidos de investigações feito diretamente ao STF. "Essas comunicações, de volume inegavelmente expressivo e em desfavor de autoridades públicas, incluindo-se o Presidente da República e Ministros de Estado, são processadas como Notícias de Fato na Procuradoria-Geral da República, justamente para funcionarem como uma espécie de purificador e de anteparo à Corte Constitucional, a fim de não sobrecarregar a já pesada estrutura investigativa do Supremo Tribunal Federal", afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 7